

HISTÓRIA, MITO E AMOR: INGREDIENTES BASILARES NA GÊNESE IDENTITÁRIA PORTUGUESA

Flavia Maria Ferraz Sampaio Corradin*

 <https://orcid.org/0000-0002-4803-9321>

Como citar este artigo: CORRADIN, F. M. F. S. História, mito e amor: ingredientes basilares na gênese identitária portuguesa. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 1-13, set./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETDO17301>.

Submissão: 28 de julho de 2024. **Aceite:** 9 de outubro de 2024.

Resumo: O presente texto pretende pensar o mito inesiano a partir de questões que envolvem procedimentos inscritos na nova história, bem como aqueles relativos ao conceito de mito, de modo a verificar como história e mito flagram o amor entre a galega e o infante português para além de veicular um parâmetro identitário da cultura portuguesa.

Palavras-chave: História. Mito. Amor. Parâmetro identitário. Cultura portuguesa.

[...] nunca imaginaria o génio poético que ali perpassava naquele instante como milagre da literatura, uma incrível epifania do que a literatura tinha de vida real, a nossa impressionante vida real (Valter Hugo Mãe).

PALAVRA INICIAL

■ **P**artindo do conceito de iconografia (do grego *eikon* = imagem + grafia = escrita) numa perspectiva bastante ampla, na medida em que o consideraremos como o repertório de imagens, que podem ser construídas,

* Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: corradin@usp.br



ou, nas palavras de Spang (1998), que constituam representações mentais, oriundas de diferentes discursos, relativos a um gênero ou período artístico, ou ainda a um artista ou personagem literária e/ou histórica, pretendemos, neste artigo, buscar respostas ou apontar caminhos para um sem-número de indagações que remetem ao universo inscrito no mito inesiano. A personagem histórica e os adjuvantes que compuseram o retrato de Inês de Castro viveram em meados do Trezentos português; as *Crônicas* de Fernão Lopes que discorrem brevemente acerca dos amores entre a galega e o infante Pedro datam do início do século XV. No entanto, é com Garcia de Resende (1993), um século mais tarde, que a literatura começa a “pintar” o retrato da “colo de garça” nas *Trovas à morte de D. Inês de Castro (endereçada às damas)*. É também no Quinhentos que a literatura portuguesa agrupa dois outros importantes momentos literários que vão conformando o mito inesiano. Trata-se da peça *Castro*, de António Ferreira, ou ainda das dezoito décimas, incluídas no canto III (estâncias 118 a 135) da epopeia camoniana, e a “Carta sobre a morte de Inês de Castro”, de Henrique da Mota (1982). Conforme lembra Jorge de Sena (1967, p. 181):

Garcia de Resende, António Ferreira e Camões transformam esse motivo, respectivamente nos planos lírico, trágico e épico, em personificação decisiva, e Inês passa a ser o exemplo máximo, na vida portuguesa, das catástrofes da paixão, não menos em “Perdição do Amor” lhes interessa mais como catástrofe que como paixão, ao contrário do que farão os românticos ou os seus continuadores do nacionalismo “simbolista” apenas interessados no pitoresco sentimental e colorido.

Se contarmos da data da trágica morte de Inês, há 669 anos, tentamos responder a questões que envolvem indagações como: Pedro e Inês se conheceram em que circunstâncias? Teriam Pedro e Inês se conhecido antes de a galega chegar a Portugal na comitiva de D. Constança Manuel? Como Inês se liga à família de João Manuel? Como a corte e o povo souberam do relacionamento do casal? Esse relacionamento era escancarado enquanto D. Constança estava viva? Inês amava Pedro? Inês era manipulada pelos Castro ou pela família de Afonso Sanches? Pedro e Inês efetivamente se casaram depois da morte de Constança? Como Constança, Afonso IV ou D. Beatriz viam o relacionamento do casal? Afonso IV teria instado a que Pedro se casasse com a galega depois que enviuvara? Por que Pedro se recusou a casar com a amante? Por que Pedro a deixou sozinha diante dos rumores de uma conspiração contra ela? A morte cruel que Pedro impôs aos matadores de Inês teria a ver com o fato de ele estar ausente quando ela foi assassinada? Pedro foi um rei justo ou Pedro foi um rei vingativo? A família Castro pretendia uma união ibérica pelas mãos de Pedro ou de seus filhos com Inês? Qual o interesse e/ou a necessidade da legitimação dos filhos de Pedro e Inês de Castro?

Tais questões e muitas outras vão sendo retomadas, adaptadas... tanto pelos diferentes textos literários quanto pelos inúmeros estudos, e ainda pelos registros pictóricos ou escultóricos que aludem ao tema nesses últimos seis séculos. Inútil tentar responder às questões supracitadas, uma vez que nunca saberemos o que efetivamente aconteceu na corte portuguesa ou na alcova de Pedro e Inês. Lembremo-nos da célebre frase proferida alhures pelo escritor colombiano Gabriel García Márquez – “Todos os seres humanos têm três vidas: a pública, a privada e a secreta” – que teria dialogado com aquela ditada por Fernando

Pessoa, para quem todos nós temos uma vida, que é dividida entre a verdadeira e a errada, ou entre a oficial e a privada, a afetiva. Ambas ainda tão atuais mesmo nos difíceis dias de hoje, em que a privacidade, por opção ou não, tem estado na berlinda, já que todos têm opinião acerca de tudo, conforme estampam as redes sociais.

A PERSPECTIVA HISTÓRICA

A suposição, o que poderia ter acontecido, é objeto sempre aventado pelos diferentes discursos que tratam do mito inesiano ou de qualquer outro tema, já que, em consonância com os pressupostos da nova história, a metafíscão historiográfica vai intentar preencher as lacunas deixadas pelos fatos, completando ou abrindo caminhos possíveis para o que pode ter acontecido em torno do mais famoso casal inscrito na cultura portuguesa.

Muito se tem comentado acerca do binômio história e ficção, travestido de muitas roupagens que lhe configuram a existência, como se pode perceber, por exemplo, em não ficção e ficção, em vida e arte, em real e ficcional, ou em metafíscão historiográfica, ou ainda no substantivo composto história-ficção (se a nova ortografia nos permite), na contemporaneidade pós-moderna (voltaremos já ao conceito), se pensarmos na cultura europeia em geral e na portuguesa em particular.

Tudo talvez tenha começado com a chamada nova história (ou será boa história, conforme a concebe Georges Duby?), que trata exatamente da ruptura de fronteiras entre a história e as demais ciências humanas, como a geografia, da qual afinal tudo partiu, a antropologia, a sociologia, só para lembrar aquelas formas de conhecimento que trabalham com o científico, com o real, aplicáveis, se assim podemos considerar, ao homem, aliadas a outras e variadas concepções do conhecimento, entre as quais podemos destacar a filosofia, a psicanálise, as artes, notadamente a literária. É o divórcio com a concepção positivista da história, cuja preocupação central reside, em última instância, na enumeração sincrônica de fatos, invariavelmente ligados às personagens que exercem poder político ou econômico. Herdeiro da concepção de história inaugurada por Bloch e Febvre, que já defendiam nos *Annales* a ideia de uma pesquisa interdisciplinar, que desenvolvesse uma “história dos problemas”, Georges Duby preconiza que o passado só existe como discurso, intimamente relacionado com os interesses do presente. Daí a enorme gama de pontos de vista que envolvem o passado, uma vez que o material que se apresenta está irremediavelmente filtrado por processos que conduzem, em última instância, ao eu-historiador, tais como o local onde ele vive e produz, sua formação familiar e cultural. Sua mundividência, portanto, está intimamente arraigada ao contexto sociopolítico-econômico-cultural de sua produção. Concordando com certos pressupostos marxistas, Duby vai afirmar que

[...] é precisamente enquanto sujeito que não se reduz a uma pontualidade, sujeito presente na história, com os seus interesses, as suas escolhas, as suas tomadas de posição, sujeito histórico e parcial que o historiador pode articular a verdade sobre a história – porque a sua consciência não está fora da história [...] (cf. Duby; Lardreau, 1989, p. 15).

Nesse sentido, a história pode ser considerada como um gênero literário, embora não seja literatura, uma vez que trabalhará invariavelmente a partir de pontos de vista ou, conforme aponta Duby, de “imagens adequadas que se tem” dos homens, da realidade (cf. Duby; Lardreau, 1989, p. 24).

Segundo o historiador, a nova boa história faz-se a partir da interpretação, do preenchimento de lacunas deixadas por dois tipos de vestígios: os concretos legados pelo homem e os vestígios de discurso. Portanto, há subjetividade na seleção ou escolha dos restos, dos documentos, das fontes. Essa presença do eu, contudo, não é completamente livre, na medida em que está condicionada às pesquisas que envolvem a rede de historiadores que trabalham ou trabalharam com os mesmos vestígios.

Sem cair na obviedade, ressaltamos o valor inestimável do documento, concebido não como reflexo do acontecimento, uma vez que ele é em si mesmo um acontecimento, ou seja, conforme aponta Margareth Rago (2001, p. 11), “uma materialidade construída por camadas sedimentadas de interpretações”. Tais documentos eminentemente subjetivos, uma vez que se revelam “construtos pessoais”, originados, em última instância, da perspectiva narrativa individual de um historiador, apresentam-se, pois, sob a forma de discursos, aliando uma determinada forma discursiva, como a literatura, em seus diferentes gêneros, a um certo conteúdo. Assim, conforme Jenkins (2001, p. 32),

[...] *nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual ele era, porque o passado são acontecimentos, situações etc. e não um relato. Já que o passado passou, relatos só poderão ser confrontados com outros relatos, nunca com o passado. Julgamos a “precisão” dos relatos de historiadores vis-à-vis, as interpretações de outros historiadores, e não existe nenhuma narrativa, nenhuma história “verdadeira”, que, ao fim, nos possibilite confrontar todos os outros relatos com ela – isto é, não existe nenhum texto fundamentalmente “correto” do qual as outras interpretações sejam apenas variações; o que existe são meras variações.*

Hayden White (1994), outro estudos norte-americano que se notabilizou por adaptar conceitos inscritos na teoria literária para o universo da historiografia, especialmente em *Trópicos do discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*, nomeadamente nos capítulos três, que recebe o sugestivo título de “O texto histórico como artefato literário”, e cinco, intitulado “As ficções da representação factual”, chama a atenção para a importância não só do conteúdo narrado, mas também da forma discursiva. Desse modo, ele afirma que as narrativas históricas não passam de ficções verbais, “cujos conteúdos são tão inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (White, 1994, p. 98), que se constituem como textos possíveis, porque verossímeis, que devem ser interpretados e confrontados, com o intuito de se chegar o mais próximo possível do fato histórico que desencadeou a narração. Desse modo, o discurso historiográfico estaria destinado à constante reescrita, que se vai enovelando para resgatar incessantemente pontos de vista que foram esquecidos por este ou aquele narrador, com o objetivo de dar sentido ao universo narrado.

Assim, tanto a história busca elementos da ou na literatura quanto esta recorre àquela, com o intuito, inerente a ambas, de explicar, compreender ou abracer o mundo que nos rodeia.

Sob essa óptica, poderíamos afirmar que a história se ocupa, em última instância, com a veracidade, mais do que com a verdade real talvez intangível já no momento seguinte à ocorrência, digamos física, de determinado fato, uma vez que “nas mãos do autor experiente e responsável todos os materiais históricos e fictícios podem converter-se em ilustração da verdade” (Spang, 1998, p.14). Assim, os limites entre a história, cujo objeto recairia em “eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis” (White, 1994, p. 137), isto é, em referentes reais, e a literatura, que se dedica a tais ocorrências, mas também àquelas criadas, imaginadas, tornar-se-ão cada vez mais ténues, na medida em que o objeto de ambas residiria na verossimilhança. Desse modo, conforme ainda aponta Spang (1998, p. 16), “o historiador relata as coisas que acontecem (o particular) e o poeta apresenta o que poderia ter acontecido (o geral)”. Isso não significa, obviamente, que o historiador esteja completamente livre; ele deve fundamentar suas “invenções” o mais firmemente possível, buscando decisivamente o apoio nos vestígios. Assim, segundo Duby,

[...] as nossas fontes são apenas uma espécie de suporte, ou melhor, de trampolim, para nos lançarmos, para saltarmos, para, com maior flexibilidade, construirmos uma hipótese válida, fundamentada, sobre o que poderão ter sido os acontecimentos, as estruturas (cf. Duby; Lardreau, 1989, p. 42).

Toda essa nova visão de história, na verdade já não tão nova assim, tem como pressuposto básico, como esperamos ter deixado patente, a interdisciplinaridade, ou será mais adequado falarmos no bakhtiniano conceito de interdiscursividade, uma vez que a nova história finca sua atenção na busca da diversidade de pontos de vista, oriundos das diferentes formas de conhecimento, mediados por discursos que se inter-relacionam, seja ao se negarem, seja ao se completarem, porque têm como objeto primeiro e único o homem, inserido em sociedade e interagindo socialmente. Assim, “história e literatura oferecem interpretações da realidade que não têm por que contradizer-se ou opor-se, uma vez que são complementares e – se seus autores têm categoria – eles estão de acordo” (Spang, 1998, p. 16).

Outro ponto fundamental na óptica desenvolvida pela “nova história” consiste no fato de que, olhando para o passado, ficamos mais atentos, talvez mais apetrechados, para ver o presente. Atentando para a complexidade do real, investigamos o presente de modo menos ingênuo. Assim, segundo White (1994, p. 162),

Na realidade, o ser humano pode desejar tanto o retrocesso como o avanço no tempo; deseja ao contrário, quando reorganiza as histórias de acontecimentos passados aos quais foi dada uma determinada trama, a fim de lhes dar um significado diferente ou de extrair da nova trama, razões para agir no futuro de forma diferente daquela a que nos habituamos a agir no presente.

A PERSPECTIVA MÍTICA

É interessante notar que a mitologia inesiana transita por diferentes discursos, já que ora serve de tema para a releitura do caso de amor entre Pedro e Inês, ora se presta ao exercício de reflexões que envolvem conceitos como verdade, ficção, memória ou história. É exatamente um título a tratar da reconfiguração

do mito inesiano, de acordo com Maria de Fátima Marinho (1999, p. 147), que marca a data de início da ficção histórica contemporânea em Portugal: o volume *Os passos em volta*, de Herberto Helder, cuja primeira edição é de 1963. Estamos obviamente nos referindo ao conto “Teorema”, inserto na citada coletânea. Seja sob a óptica do espetáculo em praça pública, seja por aquela que invade a ciência exata, isto é, comprovação por meio lógico de um conceito matemático, acepções possíveis para o título do conto, que encabeça uma inusitada narrativa ao mesclar tempos e espaços, numa perspectiva em que um eu narra sua própria morte, inclusive depois de ter-lhe o coração arrancado, acaba por abrir caminho para aquilo que Linda Hutcheon (1991) designa como metaficação historiográfica em Portugal.

Assim, Inês de Castro gera discursos de vária ordem – mote, preceptiva e ponto de partida –, ocupando a mente de historiadores, escritores, teóricos da literatura..., uma vez que, ao longo de mais de seis séculos, “D. Inês tomou conta das nossas almas. Ela abandona a carne e torna-se uma fonte, uma labareda. Entra devagar nos poemas e nas cidades” (Helder, 1985, p. 147).

É impressionante o número de títulos que tematizam os amores de D. Pedro e D. Inês ao longo da história. O que faria com que esse tema, desde sempre exercitado por terras europeias, mas não só, fosse reconfigurado com tanta força na contemporaneidade?

Já mencionamos que Fernão Lopes é apontado como aquele que primeiro¹ registrou o tema no Quattrocentos e que a formação do mito se dá a partir do século XVI. Também é de conhecimento de todos que o mito inesiano, ao lado de outros, como o milagre de Ourique ou o sebastianismo, configuram-se como mitos fundadores da nacionalidade e identidade nacional portuguesa. É interessante notar que, na época da formação do mito inesiano, a sociedade portuguesa passava por importantes transformações. O fato histórico está inscrito no universo do medievo, marcado por importantes questões que envolvem a constituição e preservação do reino sob as ópticas política e territorial nomeadamente, constantemente assediado por Castela. No entanto, quando da formação do mito, a sociedade portuguesa já tinha passado pelos descobrimentos e estava vivendo um período extremamente complexo, em que valores medievais, marcados por um universo cavaleiresco, começam a ser postos em xeque, uma vez que o processo de colonização dos povos conquistados gera uma enorme dicotomia na sociedade portuguesa. Estamos, pois, diante de um pequeno país que é dono de metade do mundo e que precisa dar conta de levar aos povos conquistados a sua cosmovisão. Para tanto, concessões de toda ordem precisavam ser feitas, o que gera irremediavelmente um processo de degradação social, econômica, política. Para aprofundar o desequilíbrio, em meio ao renascimento europeu, é implantada no reino a Inquisição e vêm a derrocada de Alcácer Quibir e a consequente perda da nacionalidade e identidade nacional. É nesse pano de fundo que os amores do infante português com a linda galega entram para a literatura. O fato histórico ficou no mundo medievo-cavaleiresco, enquanto a literatura, depois auxiliada por outros saberes, vai veicular o universo mítico.

¹ Segundo Maria Leonor Machado de Sousa (1987), a primeira referência que teria ligado o rei a D. Inês é feita por David Yon Ibn Bilia, judeu português que viveu em Coimbra no século XIV. Ele “deixou alguns poemas manuscritos, [...] em hebraico, entre eles um que fala da sua infelicidade amorosa, dizendo que no mundo só houve uma desgraça maior que a dele: de Pedro e Inês” (Sousa, 1987, p. 39).

Notemos que a literatura histórica contemporânea – narrativa, teatro e mesmo a poesia –, notadamente no caso português, reaparece com força em outro período importante da história portuguesa. A década de 1960 se abre com as tentativas de libertação das colônias portuguesas em África, que contribuem decisivamente para a derrocada de um governo ditatorial, que vai ser efetivada no início da década seguinte. Mais uma vez um colapso social e econômico a incrementar a política nacional, constantemente assediada por um mundo marcado pelo pós-guerra, que acaba por gerar acordos internacionais que culminarão mais tarde na União Europeia e na moeda única. As fronteiras políticas em grande parte da Europa são destruídas em prol de um bloco hegemônico: a globalização está em curso acelerado. As identidades nacionais estão em crise. É nesse contexto que a literatura de cunho histórico vai reflorescer. Agora ela vem para reconfigurar o fato histórico, dando-lhe uma dimensão nova, já que, além de servir de modelo para que não cometamos os erros do passado – que ilusão!!! –, propósito mais que divulgado pela crítica especializada, ela vai promover rupturas estéticas – “Teorema” é um excelente exemplo –, mas também vai trazer novas perspectivas narrativas à luz das propostas inauguradas pelos *Annales*. As lacunas da história serão preenchidas a partir de uma nova ordem mundial, em que o eixo de ação sai do dominante para abranger outras muitas vozes discursivas, o excêntrico hutcheoniano². Ao fim e ao cabo, as vozes que foram caladas, que nunca tiveram espaço, vão encontrar uma luz no fim do túnel. O processo obviamente ainda tem um longo curso a perseguir, uma vez que parece haver uma substituição de processo identitário, já não estamos falando de identidades nacionais, mas de identidades de grupos sociais.

Estariamos, pois, buscando, nas palavras de Ruy Belo (1974, p. 44-45), a evocação da memória ou do que essa memória representa no inconsciente de uma coletividade, já que “Inês se transforma na ideia de Inês [...] à semelhança das veladoras de *O Marinheiro*, de Fernando Pessoa”.

Segundo Maria Helena da Cruz Coelho, coordenadora científica do *Congresso Internacional Pedro e Inês – o futuro de que passado*,

Hoje, queremos acreditar, já se encontrar bem identificados os campos da história e da lenda. O que temos como certo é que qualquer deles faz parte da construção histórica, pois que as lendas, os símbolos e os mitos em torno de pessoas e factos constituem elementos integrantes e integradores das categorias mentais de todos os homens, de todos os tempos e de todas as culturas (cf. Santos, 2005, p. 32).

É nessa perspectiva que entendemos o mito inesiano, uma vez que não nos importa construir uma representação mental da protagonista do mito e nem das personagens coadjuvantes a ele; nosso papel crítico é, antes de tudo, dar voz a cada uma das reconfigurações do mito.

Sabemos que a narrativa inesiana partiu de uma existência histórica, D. Inês Pires de Castro, cujo nascimento data de 1325, seguido de uma vida que transita entre a Galícia, Castela e Portugal, que vem culminar, em 1355, com sua morte trágica. Sabemos também que, devido à relação que manteve com D. Pedro de

² Cf. Marinho (1999, p. 23) “Na ficção das últimas décadas, os marginais assumem um papel diferente, embora não menos importante – a focalização é-lhes, por vezes, atribuída, modificando o sentido canônico da História”. Ou “no romance histórico pós-moderno [temos] uma perspectiva diferente da oficial. É que, frequentemente, os narradores são os proscritos, os marginais, as mulheres, que imprimem ao discurso um tom diferente do que consta dos tradicionais livros de História” (Marinho, 1999, p. 43).

Portugal, ela não foi, no tempo seu contemporâneo, uma personagem bem-vista socialmente e que, depois, passa a ser glorificada pela literatura, que a populariza, muito provavelmente devido ao fim cruel que teve. Segundo Jorge de Sena (1967, p. 130), tem sido suposto que desde 1355, por um século e meio, a imaginação popular prepara a sua (de Inês de Castro) ascensão para a grande literatura.

Inês, aquela cujo nome já traz a marca do sacrifício, na medida em que *agnes* remete ao cordeiro sacrificial, portanto inspira pureza, castidade, santidade, mas ela também é a *colo de garça*, pela alusão a seu belo pescoço branco e longilíneo, por meio do qual inclusive foi morta; portanto, estamos diante do âmbito do sublime, porém o sublime pode ser rebaixado ao grotesco. Assim, estaríamos diante da *colo de garça* a insinuar uma outra acepção para o epíteto que, de origem francesa – joelhos de garça (*les genoux du héron*) –, significaria prostituta, uma vez que a garça é a única ave que acasala fora do casamento.

Tom elevado e tom rebaixado, duas instâncias que acompanharam Inês de Castro, privilegiando ora uma categoria, ora outra, de modo a que ela se preste o tom elevado da tragédia e dos poemas, mas também o rebaixamento da literatura de cordel ou dos ditos populares; afinal, Inês é morta, que, por meio da ironia, vão rebaixá-la, até ser mote para uma série de romances históricos, ou metafificações historiográficas, que também por meio de uma atitude irônica, vão dar voz a personagens comuns, nem boas, nem más, apenas humanas, que responderão aos diferentes chamados ora de forma elevada, boa?, ora de forma rebaixada, má?. Tal ideia pode ser corroborada por Maria Leonor Machado de Sousa (1987), para quem pessoas, épocas, correntes literárias, artísticas ou filosóficas distintas tratam da temática inesiana de formas diferentes, retomando de perto a história, acrescentando elementos inovadores ou ainda embarcando em aberrações.

Para muitos, o mito é baseado em algo fantástico. Para Pessoa (1981), ele é o nada que é tudo. Nada porque, do ponto de vista do real, não representa uma verdade objetiva. Mas, ao mesmo tempo, pode ser tudo, se entrevisto como melhor representação da riqueza cultural de um povo.

Para Elaine Cristina Prado dos Santos³, o mito é ou foi até recentemente VIVO, no sentido de que fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência. Compreender a estrutura e a função dos mitos nas sociedades tradicionais não significa apenas elucidar uma etapa na história do pensamento humano, mas também compreender melhor uma categoria dos nossos contemporâneos.

Reiteramos tal ideia, se pensarmos com William Righter (1975, p. 3), “mito é a personificação da aspiração do humor e de suas formas imaginativas apropriadas”, ou com Claude Lévi-Strauss (1997, p. 167-168), para quem as representações míticas acronológicas “dão ao homem a ilusão extremamente importante de que ele pode entender o universo”, uma vez que,

[...] nas sociedades, a história substitui a mitologia e desempenha a mesma função, já que para as sociedades sem escrita e sem arquivos, a mitologia tem por finalidade assegurar com um alto grau de certeza – a certeza completa é obviamente impossível –, que o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado.

³ A ideia foi exposta em palestra ministrada pela Prof. Dra. Elaine Prado dos Santos (Universidade Presbiteriana Mackenzie) para turmas de graduação em Literatura Portuguesa da FFLCH-USP, em outubro de 2022.

Na mesma linha de pensamento, Mircea Eliade (1972, p. 3-4) afirma que o mito é a narrativa de uma “criação”, uma vez que relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. Portanto, algumas indagações estão na gênese das releituras de todo e qualquer mito:

- O que começou a ser?
- Por que começou a ser?

Nas sociedades “desenvolvidas”, a história gera o mito, na medida em que ele “teve que se constituir num lugar qualquer, num momento histórico preciso” (Fabre, 1978, p. 435). Flagrado e reatualizado invariavelmente pelo discurso, o mito prolonga o tempo da história, uma vez que se volta inquestionavelmente para o passado.

Tal ideia pode ser corroborada quando tratamos do mito inesiano. Segundo Fernão Lopes (1965 *apud* Sena, 1967, p. 280), “não falamos de coisas inventadas [mas] naqueles amores que se contam e lêem nas estórias que têm seu fundamento na verdade”. Portanto, estariam aptos a iniciar as respostas às indagações propostas anteriormente: “O que começou a ser? – o amor; “Por que começou a ser?”. Porque está inscrito na história, não foi inventado. Desse modo, Inês é “uma personagem histórica ou lendária, cujo passado subsiste em nós [...]”; e que é chamada a reviver apenas o espetáculo dos momentos decisivos de uma vida que se prolongou até nós” (Sena, 1967, p. 283).

O que é verdade? Onde está a verdade histórica? Não temos a pretensão de responder a tais indagações. Interessa-nos apenas mostrar que toda ficção (veiculada por meio de poemas, contos, romances, peças teatrais) tem seu fundo de verdade, podendo, assim, contribuir para que entendamos certos fatos históricos e seus enigmas.

A PERSPECTIVA AMOROSA

Se o amor entre Pedro e Inês marca de forma indelével a cultura portuguesa, conforme aponta Pero Coelho, no conto “Teorema”, de Heriberto Helder (1985), a que nos referimos algures, o conselheiro do rei, como também alude o referido conto, acaba por dar azo, na perspectiva da narrativa, a um mito identitário nacional, que está, digamos, na gênese da constituição do reino português. Segundo aponta Natália Correia (1988, p. 36), em *Somos todos hispanos*, o amor, e mais, dizemos nós, o amor fora das convenções, está na gênese da constituição do reino português, uma vez que

Fernão Peres de Trava, que desempenha na corte de D. Teresa, o papel em que o visionamento romântico da história desse período descortinou a sedução do galã que submeteu o coração e a carne da inflamável avoenga da mátria portuguesa.

Desse modo, propõe a autora “inverter a versão da cumplicidade política como efeito da amorosa, dando realce a um afecto alicerçado numa comunhão de interesses políticos” (Correia, 1988, p. 37). A gênese da história portuguesa começa, pois, nos idos do século XII, a partir dos embates entre Teresa e o filho Afonso Henriques, que discorda da união da mãe viúva com o nobre galego, ao

compartilharem interesses políticos e amorosos. Assim, “esses amantes requisitados pela imaginação, sempre arguta em distribuir papéis simbólicos, [acabam por] encarnarem o exemplo de um amor condenado, protótipo dos frustrados amores da Galiza e Portugal” (Correia, 1988, p. 43).

Ora,

Pois não pertencia Inês, por seu pai à Galiza Lucense e, por sua mãe, à Bracarense? Separados desde o século XII, a Galiza e Portugal que, no amancebamento da bela galega e do infante haviam juntado as suas almas reciprocamente saudosas, unem-se na Causa comum de vingar a sua morta [...] até aos fins dos tempos ... [Assim,] estes são os amantes que com mais altos coturnos de delírio e pranto entraram na torrente de amor que corre para o infinito (Correia, 1988, p. 44).

Se a história de Portugal é marcada pela temática amorosa, também o mito inesiano encontra respaldo nos amores lendários inscritos no medievo. Ainda no século XII, circulava a lenda de Tristão e Isolda. O cavaleiro fora enviado pelo tio, Marcos da Cornualha, à Irlanda para trazer-lhe sua prometida, a bela princesa Isolda. Na viagem, os dois accidentalmente bebem uma poção mágica, que leva Tristão e Isolda a se apaixonarem. Casada com Marcos, a moça mantém um romance com Tristão, que acaba por infringir as leis morais e políticas, escandalizando a todos. Já afastado do reino, o moço casa-se com uma outra Isolda, a das Mão Brancas, princesa da Bretanha. Tristão é mortalmente ferido em batalha. Agonizante, pede para que Isolda venha curá-lo de suas feridas, porém sua mulher o faz acreditar que Isolda não viria. Tristão não resiste diante da dor física e sentimental. Quando a amada chega, encontrando-o morto, não resiste e acaba morrendo de tristeza.

No século seguinte, a lenda de Tristão e Isolda acaba por se incorporar ao ciclo arturiano, reconfigurando-se nos amores de Lancelot e da rainha Geneviève.

Se os amores dos casais Tristão e Isolda e Lancelot e Geneviève habitam o universo lendário, não se pode afirmar o mesmo acerca de Pedro e Inês, que se configuraram como personagens históricas que vivem uma história de amor, que trará tantos problemas quanto aqueles vividos na fundação do reino que mencionamos linhas atrás. Assim, conforme já apontamos, na esteira de Mircea Eliade (1972), o mito inesiano constitui-se porque o amor vivido pelo casal existiu na realidade e foi tragicamente ceifado no tempo histórico, prolongando-se até o fim do mundo por meio da arte, nomeadamente da literatura.

Lembremos com Umberto Eco (1999, p. 6):

Não há sobrevivência sem memória. [...] As sociedades sempre contaram com a conservação da memória pelas mesmas razões. A começar pelo ancião da tribo que à noite, debaixo de uma árvore, contava os feitos dos seus antepassados. Transmitia essas lendas às jovens gerações, e era assim que o grupo mantinha sua identidade.

Cada civilização encontra sua identidade quando um grande poeta compõe seu mito fundador. E quando, numa sociedade, uma censura qualquer apaga uma parte da memória, a sociedade conhece uma crise de identidade.

Contudo, não podemos nos furtar de lembrar que o amor está na gênese das sociedades, nomeadamente naquela formada no dito Ocidente, conforme deixa patente o volume *O amor e o Ocidente*, de Denis de Rougemont (1968), cuja

primeira edição data de 1939. Coincidentemente, o célebre ensaio vem a lume às vésperas da deflagração da Segunda Guerra Mundial, período que marca uma ruptura identitária, que vai culminar em novas constituições de identidade, abrindo caminho para a promoção de uma nova ordem mundial. O pensamento de Rougemont (1968), marcado pelo primado da *pessoa* e da sua ligação à comunidade, parece estar na gênese de sua visão avessa aos pressupostos defendidos pelo nazismo. Assim, enfatiza seu ideário na defesa incondicional dos valores fundamentais e concretos da *pessoa* e na construção de instituições que as defendam.

Na obra, o estudioso suíço, partindo dos lendários Tristão e Isolda, vai examinar o amor ou as concepções do amor no cadiño do mundo ocidental.

Embora não haja qualquer referência ao longo do extenso volume ao amor entre o infante português e a bela galega, a leitura de *O amor e o Ocidente* revela-se, em não poucas passagens, aplicada à relação amorosa vivida por Pedro e Inês, ainda que haja a distinção relevante de que o casal que serve de motivo para o ensaio se inscreva no universo lendário, enquanto a nossa leitura parte da história para se constituir em mito⁴. Segundo Rougemont (1968, p. 13), “o amor feliz não tem história”, pois “o que exalta o lirismo ocidental não é o prazer dos sentidos nem a paz fecunda do casal. E menos o amor realizado que a paixão do amor. E paixão significa sofrimento”.

Pedro e Inês viveram um amor apaixonado, marcado desde sempre por uma série de obstáculos, que contribuíram decisivamente para intensificar o sentimento do casal. Entre eles, podemos destacar o fato de Pedro ser casado, tornando o relacionamento entre ambos adulterino, e a questão política que envolveria uma possível crise sucessória, o difícil relacionamento travado entre o infante e o rei, motivado não apenas por questões políticas, mas também pelo fato de Afonso IV rever no filho a difícil relação que mantivera com o pai, D. Diniz, além do exílio forçado de Inês em terras de Albuquerque, para não falar da possível disputa do trono por parte dos filhos de Pedro com Inês, em detrimento dos filhos legítimos, Fernando e Maria. Tais obstáculos, embora importantes, e provavelmente ingredientes fulcrais para energizar o amor do casal, já que se configuram como “pretexto[s], necessário[s] ao progresso da paixão” (Rougemont, 1968, p. 37), não são, ao fim e ao cabo, intransponíveis. O derradeiro impedimento para o relacionamento amoroso de Pedro e Inês é justamente a morte da colo de garça, tramada pelos três conselheiros de Estado em nome de questões políticas, com, em última instância, a concordância de Afonso IV. Esse é o elemento fulcral, como já afirmara Pero Coelho no conto de Heriberto Helder, que será capaz de gerar o mito inesiano.

Entretanto, se o casamento tivesse sido realizado ou se ele tivesse sido assumido pelo infante quando enviuvara de Constança, como propõe parte da fortuna crítica que envolve o mito inesiano, estariamos diante de uma conveniência social e política. Mas Pedro não cede às conveniências. Parece que o excerto de Rougemont (1968, p. 39) a tratar de um hipotético casamento entre Tristão e Isolda está moldado com perfeição para o casal português, já que o casamento “é a negação da paixão, pelo menos daquela de que nos ocupamos. O ardor

4 Não é propósito deste estudo fazer uma análise exaustiva do mito inesiano à luz de *O amor e o Ocidente*. Talvez em outro momento de nosso percurso acadêmico nos dediquemos à questão. Trazemos o texto, contudo, como ingrediente relevante para a composição do pensamento que vimos desenvolvendo.

amoroso espontâneo, coroado e não combatido é, por essência, pouco durável. É uma flama que não pode sobreviver ao brilho da consumação”.

Talvez valha a pena notar ainda, sem nos alongarmos demasiadamente, que o medievo, período no qual surge a narrativa lendária, ainda que anterior ao Trezentos, palco do relacionamento de Pedro e Inês, é, em essência, o mesmo. numa época em que tudo caminha devagar, o espírito cavaleiresco medieval toma contornos semelhantes no Velho Continente. Estamos, pois, imersos num espaço em que se digladiam o amor cortês e o amor-paixão, em que a vassalagem amorosa suscitada na relação Pedro e Inês está intimamente ligada à vassalagem entre vassalo e suserano, notada entre Pedro e Afonso IV. Mais uma vez, em se tratando de Tristão e Isolda, com pouquíssimas alterações, poderíamos tratar de Pedro e Inês, na medida em que “o cavaleiro bretão, como o trovador meridional, reconhece-se vassalo de uma dama eleita. Mas na realidade permanece vassalo dum senhor. Daí nascerão conflitos” (Rougemont, 1968, p. 29).

Na verdade, ainda como em Tristão e Isolda, o que gerará a perpetuação do amor até o fim do mundo é justamente a “separação dos amantes [...] em nome da paixão e do amor do próprio amor que os *atormenta*, para o exaltar, para o transfigurar [...]” (Rougemont, 1968, p. 32), para fecundar o mito inesiano pela eternidade.

PALAVRA, POR ORA, FINAL

De modo mais ou menos criativo, ao longo desses 669 anos, a literatura foi recheando as lacunas que a *Crónica de Fernão Lopes* não pôde, por questões de vária ordem, preencher.

Assim, a partir da diversidade de pontos de vista, dialogam história, mito, amor com a memória retomada a cada releitura, e com o contexto de produção, conformando o mito inesiano sob diferentes ópticas. Não nos podemos esquecer, contudo, de que o universo do medievo traz exigências e condicionamentos que não só devem ser respeitados, como também carecem de ser entendidos como propulsores de transformar o fato histórico em um mito identitário nacional, visando dialogar, ora parafraseando, ora estilizando, ora parodiando certos aspectos da história oficial, certos modelos de comportamento e certas verdades ditas oficiais.

HISTORY, MYTH AND LOVE: BASIC INGREDIENTS IN THE GENESIS OF PORTUGUESE IDENTITY

Abstract: This paper intends to think about the Inesian myth based on questions that involve procedures included in the new history, as well as those related to the concept of myth, in order to verify how history and myth capture the love between the Galician woman and the Portuguese infant to in addition to conveying an identity parameter of Portuguese culture.

Keywords: History. Myth. Love. Identity parameter. Portuguese culture.

REFERÊNCIAS

- ANNALES d'Histoire Économique et Sociale (1929-1938). Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/annales-histoire-sciences-sociales/information/past-title/annales-d-histoire-economique-et-sociale/information/5DEE15BCF2C0F1D2C390CC2404C7E693>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- BELO, R. *A margem da alegria*. Lisboa: Moraes, 1974.
- CORREIA, N. *Somos todos hispanos*. Lisboa: O Jornal, 1988.
- DUBY, G.; LARDREAU, G. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- ECO, U. O *bug* da memória. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 ago. 1999. Mais, p. 6.
- ELIADE, M. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FABRE, D. Mito. In: LE GOFF, J.; REVEL, J.; CHARTIER, R. *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1978. p. 430-437.
- FERREIRA, A. *Castro*. Poemas lusitanos. Lisboa: Sá da Costa, 1971. v. 1.
- HELDER, H. Teorema. In: HELDER, H. *Os passos em volta*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1985.
- HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- JENKINS, K. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- LOPES, F. *Crônica do Senhor Rei Dom Pedro Oitavo Rei destes Regnos*. Porto: Livraria Civilização, [s. d.].
- MÄE, V. H. *Máquina de fazer espanhóis*. Campinas: Biblioteca Azul, 2016.
- MARINHO, M. de F. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- MOTA, H. da. Carta sobre a morte de Inês de Castro. In: MOTA, H. da. *Obras de Henrique da Mota*. Lisboa: Sá da Costa, 1982. p. 9-14.
- PESSOA, F. *Obras poéticas*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1981.
- RAGO, M. A história repensada com ousadia. In: JENKINS, K. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 9-13.
- RESENDE, G. de. *Trovas à morte de D. Inês de Castro (endereçada às damas)*. Cancioneiro geral. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993.
- RIGHTER, W. *Myth and literature*. London: Imprint Routledge, 1975.
- ROUGEMONT, D. *O amor e o Ocidente*. Lisboa: Moraes Editores, 1968.
- SANTOS, M. J. A. *Pedro e Inês – O futuro do passado* – Congresso Internacional (Coordenação Científica de Maria Helena da Cruz Coelho). Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2005.
- SENA, J. de. Estudos de História e Cultura. *Revista Ocidente*, v. 1, 1967.
- SOUSA, M. L. M. de. *Inês de Castro – um tema português na Europa*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- SPANG, K. *El drama histórico: teoría y comentarios*. Pamplona: Eunsa, 1998.
- WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.